

**Entrevista**  
**História do PET Filosofia pelo Prof. Gambim**  
(Tutor 1993-2005)

PET FILOSOFIA

Tutor do PET Filosofia da UNIOESTE de 1993 a 2005, o Professor Pedro Gambim concedeu-nos uma entrevista sobre a implantação e a manutenção do Programa no Curso de Filosofia de nossa universidade. Consultor *ad hoc* da CAPES na década de 90 e Avaliador do Programa na UNIOESTE e na CAPES de 2004 a 2009, a atuação do ex-tutor foi imprescindível para a elaboração e o amadurecimento do PET no Curso de Filosofia e na Pró-Reitoria de Graduação da universidade. Atualmente, o Prof. Gambim é membro do Colegiado do Curso de Filosofia na instituição, onde leciona a disciplina de Ética e atua no Grupo de Pesquisa em Ética e Política, promovendo grupos de estudos, orientações de monografias e projetos de pesquisa, além de palestras e seminários. Esperamos com a presente entrevista resgatar a história e o amadurecimento do Programa de Educação Tutorial de Filosofia em nossa universidade.

\*\*\*

**PET Filosofia:** Professor Gambim, é uma alegria para nós, que atualmente fazemos parte do Grupo PET/Filosofia da UNIOESTE, podermos conversar contigo sobre a implantação e o desenvolvimento do Programa em nossa Instituição e, mais especificamente, no Curso de Filosofia. Pretendemos com esta entrevista, resgatar algumas características, alguns aspectos históricos, como também reconstruir a memória do Programa gestado no início da década de 90. A própria concepção filosófica do PET foi alterada com a Portaria MEC de 2005 e, posteriormente, com a Minuta de 2010. Vivenciamos hoje um Programa radicalmente diferente comparado ao seu modelo inicial. Então, gostaríamos de conversar sobre esses aspectos – que envolvem a história, a concepção filosófica e a compreensão formativa do PET. Quais eram os objetivos e a

proposta inicial do Programa no Curso de Filosofia da UNIOESTE?

**Prof. Gambim:** O PET Filosofia, que surge aqui na universidade em 1992, seguia uma política e uma filosofia diferentes da atual. Até o nome era diferente – era “Programa Especial de Treinamento”. Tinha uma característica forte de preparação de quem ingressava na universidade para continuar seus estudos em nível de pós-graduação: mestrado e doutorado.

A filosofia do Programa tinha a característica forte de iniciação à pesquisa filosófica. E esse perfil do Programa perdurou até 94, quando começou a ter uma modificação significativa na medida em que se falava que o PET estava concorrendo com o PIBIC, sendo que o PIBIC era, na verdade, um programa de iniciação científica. Aí se entendeu em nível nacional que era preciso mudar as características dos programas ou fechar um dos programas, porque a CAPES não fomentaria dois programas com as mesmas características.

Em 94 já houve uma modificação, se insistindo que o Programa (PET) não poderia ter a característica forte de pesquisa científica, mas que deveria também incluir atividades de extensão e ensino. Ora, na época, não se sabia muito bem como fazer isso. Não só aqui na nossa instituição, pois havia dificuldades de como trabalhar com esse tripé fundamental dentro do próprio Programa. Com isso, se deu continuidade a essas características nos programas – sendo na filosofia principalmente a pesquisa.

Em 98, o PET foi reestruturado significativamente, na medida em que até 98 o Programa nas IES estava ligado diretamente a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. De 98 pra 99 passou para a Pró-Reitoria de Graduação. Aí parecia que o Programa havia centrado suas atividades no ensino, mas ninguém sabia como fazer isso.

De 99 até 2001 foi um período conturbado na discussão do Programa. Ele teria que ser redimensionando. Discussões foram feitas de 2004 a 2005 e até o nome mudou de “Programa Especial de Treinamento” para “Programa de Educação Tutorial”, onde se insiste que o programa tem que ter como fundamento o tripé ensino-pesquisa-extensão. Essas são as modificações que ocorreram significativamente no Programa em nível nacional. E em nível do PET de Filosofia aqui, dentro das condições, a gente foi se adequando e o programa está aí.

**PET Fil:** E como se caracterizava a pesquisa antes da reformulação do Programa em 2005? Era planejada em atividades que integravam a extensão e o ensino por meio de grupos de estudos ou tinha o caráter de pesquisa individual, semelhante ao PIBIC?

**Prof. Gambim:** À época que exerci a tutoria do grupo, o programa estava marcado fortemente pela pesquisa, de tal forma que, no planejamento das atividades anuais, tínhamos atividades de estudos em grupo, que caracterizava ensino e pesquisa e resultava em extensão também. Cada aluno tinha que se dedicar ao estudo e pesquisa de um tema e autor, que gostaria de dar continuidade aos seus estudos. Na época, muitos continuaram seus estudos em nível de mestrado, doutorado, a partir das pesquisas realizadas individualmente por eles.

O grupo tinha um tema comum, o estudo de um filósofo comum. Em termos de ensino, a gente inventava algumas coisas. Como na época a gente ainda não tinha o nível de mestrado em Filosofia na IES e não tínhamos como fazer atividades relacionadas à pós-graduação, se promovia determinadas atividades que eram de extensão, chamadas de “extensão restrita universitária”. Como, por exemplo, havia certa dificuldade da época a responder a demanda ou uma necessidade ao curso de graduação. Então, a gente promovia, por exemplo, curso preparatório para a elaboração de monografia; é um curso técnico, mas é ensino. Era aberto para o curso de graduação. Além disso, a gente promovia determinados eventos onde se divulgava as atividades do PET.

Havia dificuldade, porque em Filosofia tínhamos que inventar o que fazer para nos adequarmos ao Programa. Teve uma coisa importante que foi um projeto que o PET promoveu, quando existia só dois PET's de Filosofia, o nosso e o da Federal do Paraná: o Encontro dos PET's de Filosofia. Como eram dois programas, o encontro começou aqui e só ficou nesse encontro. Depois não sei como ficou, porque saí da tutoria. Podem ter ocorrido outros encontros depois que saí. Mas a ideia era dar continuidade, para se discutir, porque na época o Programa estava sendo discutido em nível nacional. Nas diversas áreas estavam se discutindo o PET. E em Filosofia, eles queriam saber como poderiam atuar de acordo com as diretrizes do órgão financiador.

É, entretanto, fundamental considerar que o programa PET, não só na Filosofia, é extremamente importante principalmente

para os universitários, nas áreas de estudos das universidades. E isso na medida em que possibilita a formação dos acadêmicos de uma forma ampla, a ponto de poderem atuar em diversos níveis de formação com maior competência. E nunca esquecendo os que participam do Programa: eles devem ser facilitadores, juntos aos acadêmicos da graduação; no caso das universidades onde os PET's existem, há um nível mais avançado de formação na graduação e pós-graduação. Esse é um dos objetivos do Programa (PET) que o diferencia do PIBIC. O PIBIC é uma pesquisa individual, orientada especificamente por um professor, em um projeto de pesquisa específico.

O Programa de Educação Tutorial tem uma característica diferenciadora porque procura uma formação nos diversos âmbitos do tripé daquilo que a universidade se propõe como política de formação mesmo. Essa é uma diferenciação importante. O Programa exerce uma maior ou menor competência conforme aquilo a que se propõem os seus integrantes.

**PET Fil:** Nós encontramos algumas fotos e arquivos dos primeiros planejamentos e relatórios em nossos armários, que mostram que a partir de 94 havia um eixo temático que aglutinava todas as atividades. Você poderia comentar um pouco sobre a organização das atividades que eram planejadas a partir desse eixo?

**Prof. Gambim:** Na época, a implantação do “Programa Especial de Treinamento” exigia que se passassem dois anos de execução das atividades para que o grupo fosse consolidado. Então, no primeiro ano, não fui tutor desse PET. Para os dois primeiros anos, havia um projeto de implantação do Programa no nosso curso de Filosofia. E, na época, o projeto de implantação tinha que ter uma questão bem definida: um projeto de pesquisa próprio.

O professor que foi o primeiro tutor e que fez a proposta para a implantação do programa propôs uma temática num âmbito bem delimitado que foi a questão antepredicativa na filosofia contemporânea. Ficou claro que empregava estudos fundamentais da Fenomenologia. Estudou-se Husserl, Merleau-Ponty, Wittgenstein, ou seja, autores e temas dessa área.

Em 92, entrei para o Programa e continuei o que havia sido proposto [para cumprir o planejamento]. Considerando que minha área de formação não era especificamente a área da atuação do

Programa, mas na área de Ética e Política, redimensionei o problema da pesquisa em 94 e passei para o tema da fundamentação em Ética. Esse era o núcleo do trabalho com o grupo, ou seja, todos os integrantes do grupo obrigatoriamente trabalhavam o tema. Ao mesmo tempo, todos tinham liberdade de escolher outros temas. Fato é que, por exemplo, temos professores atuando em universidades que participaram do Programa e que estudaram áreas que não eram desse núcleo temático do grupo. E se perguntarem pra eles, eles afirmam significativamente que se instrumentalizaram através das atividades do grupo, para terem uma capacitação melhor para enfrentarem os desafios do mestrado e do doutorado.

É importante ressaltar que nesses 20 anos de existência do grupo, há números significativos de participantes que hoje são professores universitários, mestres, doutores e pós-doutores. Então, o Programa na Filosofia aqui, na UNIOESTE, foi extremamente frutífero. E acredito que cumpri para com as responsabilidades.

Uma das atividades de extensão foi a criação dos *Cadernos de Estudos Petianos* de Filosofia. Na época, o Programa era ligado a CAPES. Era recebida uma ajuda de custos, num valor “X”, semestralmente, pra ser aplicada em educação ou em participação/apresentação de trabalhos em eventos. Não era um recurso a ser utilizado para fins de custeio em material; tinha que ser para a formação mesmo. Isso durou até 97, pois, em 98, já não tinha mais as taxas acadêmicas. O que esses *Cadernos* propunham? Que os alunos do grupo tivessem um espaço de publicação dos trabalhos que eles realizavam como petianos. Assim, conseguimos duas edições dos *Cadernos*, depois sem recursos financeiros não deu mais para dar continuidade. Fora, no entanto, uma experiência boa e interessante.

Outro elemento que não existe mais, mas na época existia, eram os recursos da CAPES, que, anualmente, se destinavam aos grupos no intuito de trazerem um professor para trabalhar seja com o Programa, seja com a graduação. A figura deste professor era chamada de “Professor Visitante Recorrente”. Inicialmente, a tarefa do Professor Visitante era permanecer quinze dias junto ao Programa, trabalhando com os alunos, ou seja, com aquilo que se estava estudando, e também com algumas programações que o grupo promovia junto à graduação. Depois, passou para um mês, o que se tornou mais difícil ainda. Dado o contexto, não era muito fácil para os PET’s conseguirem trazer um professor com esse perfil,

uma vez que tinha que ser doutor. Não podia ser um recém doutor, mas, sim, um doutor com experiência. Era, portanto, difícil fazer com que um professor doutor obtivesse uma liberação de quinze dias de suas atividades junto ao programa de mestrado e doutorado de sua IES, para ficar aqui.

**PET Fil:** Tendo em vista que hoje temos dificuldades enormes de contatar os gestores do Programa no MEC-SESu, como se operavam as relações com a CAPES, à época, principalmente, quanto às verbas de custeio?

**Prof. Gambim:** Ah, as dificuldades sempre existem, porque as burocracias são todas complicadas, todas elas. Só que, na época, os grupos individualmente não entravam em contato com a CAPES. Quem respondia pelos diversos PET's era o Pró-Reitor e só ele podia encaminhar oficialmente todas as demandas dos grupos de sua universidade.

Como éramos um caso atípico, no sentido de que o único PET na nossa IES era o de Filosofia, o gerenciamento do Programa dependia muito da capacidade do Professor Tutor, mas, mesmo assim, nunca entrei em contato direto com a CAPES, como tal, mas sempre via Pró-Reitoria. Tanto no período que o PET estava vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós Graduação, e depois à de Graduação, eu sempre ligava, buscando melhor encaminhar todas as questões ou as demandas referentes ao PET. Da Pró-Reitoria é que se entrava em contato com a CAPES, depois com o MEC.

Quando a gestão do Programa passou para o MEC, essas coisas ficaram mais difíceis ainda. Porque, por um longo período, nem no MEC, eles sabiam como situar as diversas formas que burocraticamente o Programa devia ser trabalhado. No seguinte sentido: um setor manda as bolsas, outro recebe os relatórios, outro faz avaliação e, assim, por diante. Então, essa era a grande dificuldade – que acredito que vocês estejam passando ainda hoje. É que não se sabe que um relatório vai pra um lugar, outro, vai para outro. Aí parece que fica burocraticamente difícil. Na época não! A gente fazia um relatório único, anual, se encaminhava pra Pró-Reitoria e esta encaminhava pra CAPES. E, anualmente, a CAPES realizava a avaliação dos relatórios por meio de comitês específicos chamados de Comitê de Avaliação do Programa, formados por um

terço de professores que a própria CAPES indicava de modo que dois terços tinham que ser tutores do Programa. Como tinha quatro áreas, eram formados quatro comitês que analisavam anualmente os relatórios e faziam um parecer para a CAPES e a CAPES retornava às IES com as devidas orientações aos tutores.

Então, do ponto de vista das relações, a CAPES, anualmente, avaliava os grupos e não a instituição. A instituição através da avaliação desses comitês era ouvida. A CAPES emitia o parecer do que teria que ser melhorado e quais os caminhos que tinham de ser seguidos e tal. E nesses relatórios, nós tínhamos a oportunidade de estabelecer as nossas dificuldades, sobretudo quanto ao financiamento. As bolsas de alunos sempre foi bastante difícil. Na implantação, quando o aluno ingressava, se ficava alguns meses sem receber, mas pagavam mais tarde. Mas depois que ingressava não tinha mais problema.

Em 1999, o MEC solicitou que as instituições criassem comitês internos de avaliação do Programa, porque a CAPES já não fazia mais aquilo. Aí criaram um sistema em que as próprias instituições avaliassem seus próprios grupos. Tinha que enviar o relatório com a avaliação institucional do Programa. Como na época era só o nosso grupo, a gente até tinha dificuldade de constituir o comitê, porque tinha que ter um terço da Pró-Reitoria que estava ligada ao Programa e dois terços de tutores. Ora, eu era o único tutor! Então, como na época, estava sendo pensada a criação de novos PET's na Unioeste, sugeri à Pró-Reitoria que um membro assumisse a responsabilidade de um novo grupo, que seria um novo tutor, e um aluno bolsista, no sentido de, pelo menos, constituirmos um grupo de quatro pessoas. Depois, quando foi surgindo novos PET's, aí as coisas foram se modificando.

**PET Fil:** Esse comitê é hoje chamado de CLAA, que é o Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação. Só que ele é constituído pelo tutor de cada grupo, um petiano representante de cada grupo, um membro do Colegiado de cada Curso, a Pró-Reitora de Graduação e uma secretária da Pró-Reitoria de Graduação. Foi um avanço para o funcionamento do Programa a criação de tais comitês institucionais?

**Prof. Gambim:** Isso veio substituir o que a CAPES vinha fazendo de modo unificado. A CAPES tinha o comitê de avaliação das

quatro áreas de conhecimento, que era constituído por dois terços de tutores, que tinha que ser da área, e um terço de avaliadores escolhidos pela CAPES.

Naquela época, havia também, em nível nacional, um coordenador de área, que era responsável em coordenar todos os grupos da sua área. Na época, tinha uma coordenadora de São Paulo na área de Humanas e ela era responsável também por indicar os nomes dos tutores para a formação desses comitês. A dinâmica era muito interessante, uma vez que eles distribuíam os relatórios. Assim, por exemplo, um professor de ciências sociais analisava os relatórios referentes à sua área; um professor de filosofia, os de filosofia e, assim, por diante. E, depois disso, se reunia o comitê e cada avaliador apresentava o que tinha recebido. Então, a avaliação não era uma atividade individualizada, mas o tutor não podia avaliar seu grupo e nem participar na hora da discussão do grupo dele no comitê. Eu participei como avaliador também e não pude acompanhar no comitê a discussão do grupo PET daqui, já que só recebia a avaliação posteriormente. Os tutores que participavam do comitê eram os últimos a saberem como foi avaliado o seu grupo e os últimos a receberem na universidade a avaliação do seu grupo.

Também esses comitês eram responsáveis pela implantação de novos projetos do PET. Isso era responsabilidade desse grupo constituído pela CAPES. Atualmente parece que as universidades já têm autonomia de avaliar os projetos mais internamente e encaminhar de acordo com a cota estabelecida de PET's por universidade. As universidades, no entanto, gozam de mais autonomia no geral do gerenciamento do programa.

**PET Fil:** Prof. Gambim, agradecemos imensamente por esta conversa e por ter nos acolhido em sua residência. Suas informações enriquecem, e muito, a nossa compreensão da trajetória do PET e contribuem, em grande medida, para repensarmos as nossas atividades no cenário atual do compromisso que a Filosofia tem com as escolas, com a formação acadêmica e com a sociedade. Esse nosso trabalho é uma tentativa de resgatar os *Cadernos*, realizados até a terceira edição e que, a partir de agora, se reconfigura no projeto da Revista DIAPHONIA. E como o PET Filosofia da UNIOESTE está completando 21 anos, consideramos essa conversa um momento especial para podermos resgatar também um pouco da nossa história e do compromisso que temos em manter vivo o

Programa. Muito obrigado!

**Prof. Gambim:** Espero que o Programa, com essa diversificação e com as novas características, cada vez mais tenha sucesso e cumpra com aquilo que é a filosofia e a essência do Programa de Educação Tutorial. Vocês têm mais responsabilidade, principalmente quanto às atividades de extensão. A minha experiência como tutor só é válida como experiência histórica mesmo, porque depois que saí do Programa não continuei acompanhando de perto as modificações que foram ocorrendo. Hoje o PET tem uma tonalidade totalmente distinta do que era em 92, 93... Só pra ter uma ideia: as orientações, até 92, eram duas páginas, algo bem geral. E, claramente, indicava candidatos para se prepararem para o mestrado. Isso tudo, porque tinha uma diferenciação muito importante: o aluno para ingressar no PET (e isto era uma exigência da normatização da CAPES), não podia ter vinte e dois anos completos. Muitos alunos reprovados gostariam de ingressar no Programa. A CAPES avaliava o processo de seleção dos bolsistas. A primeira questão que eles observavam era a idade. Aconteceu em uma universidade que bolsistas selecionados estavam acima da idade permitida e a CAPES não aceitou. O programa surgiu para incentivar o ingresso na pós-graduação principalmente em nível de mestrado e doutorado. Por isso, o critério da faixa etária. O objetivo era formar uma massa com cabeça pensante em uma idade bastante jovem. Outro requisito para o não ingresso no programa era a reprovação. O aproveitamento escolar na graduação era um critério muito severo, na época. O aluno tinha que se dedicar mesmo. Nos relatórios, se mostravam as notas tomadas como critério técnico para a avaliação. Se numa avaliação, a nota de um aluno não foi classificada, a CAPES sugeria uma substituição desse aluno. Os tutores tinham liberdade de fazer como quisessem a seleção de bolsistas, mas tinham critérios que eram rigidamente fixados pela CAPES.